



Sumário

Capítulo 1	Direito Administrativo e Administração Pública.....	1
I.	Introdução.....	1
1.	O Estado.....	1
2.	Poderes e Funções.....	2
3.	Função Administrativa.....	4
4.	Federação.....	5
4.1.	Características.....	6
4.2.	Autonomia: Capacidade de Autoadministração.....	6
5.	Direito Administrativo.....	7
5.1.	Breve Introdução.....	7
5.2.	Conceito.....	8
5.3.	Relações com Outros Ramos Jurídicos.....	9
II.	Administração Pública: Sentidos.....	11
1.	Sentido Objetivo.....	11
2.	Sentido Subjetivo.....	12
III.	Órgãos Públicos.....	12
1.	Introdução.....	12
2.	A Relação Órgão/Pessoa.....	13
2.1.	Característica Básica.....	13
2.2.	Criação e Extinção.....	13
3.	Teorias de Caracterização do Órgão.....	15
4.	Conceito.....	16
5.	Capacidade Processual.....	16
6.	Classificação.....	17
IV.	Agentes Públicos.....	18
V.	Princípios Administrativos.....	19
1.	Princípios Expressos.....	20
1.1.	Princípio da Legalidade.....	20
1.2.	Princípio da Impessoalidade.....	21
1.3.	Princípio da Moralidade.....	22
1.4.	Princípio da Publicidade.....	26
1.5.	Princípio da Eficiência.....	31

2.	Princípios Reconhecidos.....	35
2.1.	Princípio da Supremacia do Interesse Público.....	35
2.2.	Princípio da Autotutela.....	37
2.3.	Princípio da Indisponibilidade.....	38
2.4.	Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos.....	38
2.5.	Princípio da Segurança Jurídica (Proteção à Confiança).....	39
2.6.	Princípio da Precaução.....	42
3.	O Princípio da Razoabilidade.....	43
4.	O Princípio da Proporcionalidade.....	45
VI.	Súmulas.....	46
Capítulo 2 Poderes e Deveres dos Administradores Públicos.....		47
I.	Introdução.....	47
II.	Uso e Abuso de Poder.....	48
1.	Uso do Poder.....	48
2.	Poder-Dever de Agir.....	48
3.	Abuso do Poder.....	50
3.1.	Sentido.....	50
3.2.	Formas de Abuso: Excesso e Desvio de Poder.....	50
3.3.	Efeitos.....	51
3.4.	Abuso de Poder e Ilegalidade.....	52
3.5.	Abuso de Autoridade.....	53
III.	Poderes Administrativos.....	54
1.	Conceito.....	54
2.	Modalidades.....	54
2.1.	Poder Discricionário.....	54
2.2.	Poder Regulamentar.....	61
2.3.	Poder de Polícia.....	69
IV.	Deveres dos Administradores Públicos.....	69
1.	Dever de Probidade.....	69
2.	Dever de Prestar Contas.....	71
3.	Dever de Eficiência.....	72
V.	Hierarquia e Disciplina.....	73
1.	Hierarquia.....	73
1.1.	Efeitos.....	73
1.2.	Subordinação e Vinculação.....	74
1.3.	Hierarquia e Funções Estatais.....	75
2.	Disciplina Funcional.....	76
2.1.	Sentido.....	76
2.2.	Direito Penal e Direito Punitivo Funcional.....	76
2.3.	Procedimento de Apuração.....	77
Capítulo 3 Poder de Polícia.....		79
I.	Introdução.....	79
II.	Sentido Amplo e Estrito.....	80
III.	Conceito.....	80

IV.	Poder de Polícia no Direito Positivo	81
V.	Competência	82
VI.	Poder de Polícia Originário e Delegado	83
VII.	Polícia Administrativa e Polícia Judiciária	87
VIII.	Fundamentos	88
IX.	Finalidade	88
X.	Âmbito de Incidência.....	89
XI.	Atuação da Administração	89
	1. Atos Normativos e Concretos	89
	2. Determinações e Consentimentos Estatais	89
	3. Atos de Fiscalização	91
XII.	Limites.....	91
XIII.	Características	92
	1. Discricionariedade e Vinculação.....	92
	2. Autoexecutoriedade	93
	3. Coercibilidade	95
XIV.	Legitimidade da Polícia Administrativa.....	96
	1. Requisitos Gerais de Validade.....	96
	2. Princípio da Proporcionalidade	96
XV.	Sanções de Polícia.....	98
XVI.	Súmulas	101
Capítulo 4 Ato Administrativo.....		103
I.	Introdução.....	103
	1. Fatos Administrativos.....	103
	2. Atos da Administração	104
	3. Atos Jurídicos e Atos Administrativos	105
II.	Conceito	106
	1. Sujeitos da Manifestação de Vontade	108
	2. Regime Jurídico de Direito Público	108
	3. Silêncio Administrativo	109
III.	Elementos.....	112
	1. Competência.....	113
	1.1. Sentido	113
	1.2. Fonte.....	113
	1.3. Características.....	114
	1.4. Critérios Definidores da Competência	114
	1.5. Delegação e Avocação.....	115
	2. Objeto.....	116
	2.1. Sentido	116
	2.2. Requisitos de Validade.....	116
	2.3. Discricionariedade e Vinculação	117
	3. Forma.....	117
	3.1. Sentido	117
	3.2. Requisito de Validade	118

3.3.	Princípio da Solenidade.....	118
4.	Motivo	119
4.1.	Sentido	119
4.2.	Discricionariedade e Vinculação	120
4.3.	Motivo e Motivação.....	120
4.4.	Teoria dos Motivos Determinantes.....	125
4.5.	Congruência entre o Motivo e o Resultado do Ato.....	125
5.	Finalidade	127
5.1.	Sentido	127
5.2.	Finalidade e Objeto	128
IV.	Características.....	128
1.	Imperatividade	128
2.	Presunção de Legitimidade.....	129
3.	Autoexecutoriedade	129
V.	Mérito Administrativo.....	131
1.	Sentido.....	131
2.	Vinculação e Discricionariedade	132
3.	Controle do Mérito.....	132
VI.	Formação e Efeitos.....	134
1.	Perfeição.....	134
2.	Eficácia	134
3.	Exequibilidade.....	135
4.	Validade	135
VII.	Classificação.....	136
1.	Critério dos Destinatários: Atos Gerais e Individuais.....	136
2.	Critério das Prerrogativas: Atos de Império e de Gestão.....	137
3.	Critério da Liberdade de Ação: Atos Vinculados e Discricionários	137
4.	Critério da Intervenção da Vontade Administrativa: Atos Simples, Compostos e Complexos.....	138
5.	Critério dos Efeitos: Atos Constitutivos, Declaratórios e Enunciativos	139
6.	Critério da Retratabilidade: Atos Revogáveis e Irrevogáveis	140
7.	Critério da Executoriedade: Atos Autoexecutórios e Não Autoexecutórios	140
VIII.	Espécies	141
1.	Espécies Quanto à Forma de Exteriorização	142
1.1.	Decretos e Regulamentos	142
1.2.	Resoluções, Deliberações e Regimentos.....	143
1.3.	Instruções, Circulares, Portarias, Ordens de Serviço, Provimentos e Avisos.....	144
1.4.	Alvarás.....	145
1.5.	Ofícios	145
1.6.	Pareceres.....	145
1.7.	Certidões, Atestados e Declarações	147
1.8.	Despachos.....	148
2.	Espécies Quanto ao Conteúdo.....	149
2.1.	Licença.....	149
2.2.	Permissão	151

2.3.	Autorização.....	153
2.4.	Admissão.....	155
2.5.	Aprovação, Homologação e Visto.....	155
2.6.	Atos Sancionatórios.....	156
2.7.	Atos Funcionais.....	158
IX.	Procedimento Administrativo.....	159
X.	Extinção dos Atos Administrativos.....	160
1.	Extinção Natural.....	160
2.	Extinção Subjetiva.....	160
3.	Extinção Objetiva.....	161
4.	Caducidade.....	161
5.	Desfazimento Volitivo.....	161
XI.	Invalidação (ou Anulação).....	162
1.	Teoria das Nulidades.....	162
1.1.	Introdução.....	162
1.2.	As Nulidades no Direito Privado.....	162
1.3.	A Controvérsia Doutrinária.....	163
1.4.	A Terminologia Adotada.....	164
2.	Conceito e Pressuposto.....	164
3.	Quem Pode Invalidar.....	165
4.	Dever de Invalidar.....	167
5.	Autotutela e Contraditório.....	169
6.	Efeitos.....	171
7.	Convalidação.....	173
XII.	Revogação.....	175
1.	Conceito.....	175
2.	Pressuposto.....	176
3.	Fundamento.....	177
4.	Origem.....	177
5.	Efeitos.....	177
6.	Inocorrência.....	178
7.	Revogação da Revogação.....	179
XIII.	Súmulas.....	180
Capítulo 5 Contratos Administrativos.....		181
I.	Introdução.....	181
II.	Contratos da Administração.....	181
1.	Contratos Privados da Administração.....	182
2.	Contratos Administrativos.....	182
III.	Conceito.....	183
IV.	Disciplina Normativa.....	183
1.	Disciplina Constitucional.....	183
2.	Disciplina Legal.....	184
V.	Sujeitos do Contrato.....	185
1.	Cenário Geral.....	185
2.	Normas Específicas: Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.....	186

VI.	Características	188
1.	A Relação Contratual	188
2.	A Posição Preponderante da Administração	188
3.	O Sujeito Administrativo e o Objeto	189
VII.	Espécies	189
1.	Contratos de Obras	190
1.1.	Sentido	190
1.2.	Condições Específicas de Contratação	190
1.3.	Regimes de Execução	191
2.	Contratos de Serviços	192
2.1.	Serviços de Publicidade	194
3.	Contratos de Fornecimento (ou Compras)	195
4.	Contratos de Concessão e de Permissão	196
5.	Alienações e Locações	198
6.	Outras Espécies	200
VIII.	Cláusulas de Privilégio	201
1.	Sentido	201
2.	Alteração Unilateral	202
3.	Rescisão Unilateral	204
3.1.	Motivos	204
3.2.	Efeitos	205
3.3.	A Exceção de Contrato Não Cumprido	205
4.	Sanções Extracontratuais	207
IX.	Equação Econômico-Financeira	207
1.	Sentido	207
2.	Efeitos	208
3.	Reajuste e Revisão	208
X.	Formalização	210
1.	Instrumento	210
2.	Solenidades	210
3.	Cláusulas Essenciais	211
4.	Garantias	211
XI.	Duração do Contrato	212
XII.	Prorrogação do Contrato	214
XIII.	Renovação do Contrato	215
XIV.	Execução e Inexecução do Contrato	216
1.	Execução	216
2.	Inexecução Culposa	216
3.	Inexecução Sem Culpa	221
3.1.	Teoria da Imprevisão	221
3.2.	O Fato do Príncipe	222
3.3.	Caso Fortuito e Força Maior	223
XV.	Extinção do Contrato	224
1.	Cumprimento do Objeto	224
2.	Término do Prazo	224
3.	Impossibilidade Material ou Jurídica	225
4.	Invalidação	225

5.	Rescisão	227
5.1.	Rescisão Amigável	227
5.2.	Rescisão Judicial	227
5.3.	Rescisão Administrativa	228
5.4.	Rescisão por Arbitragem	229
XVI.	Sanções Administrativas	230
XVII.	Crimes e Penas	233
XVIII.	Convênios Administrativos	234
XIX.	Consórcios Públicos	238
XX.	Súmulas	245
Capítulo 6 Licitação		247
I.	Introdução	247
II.	Conceito	248
III.	Natureza Jurídica	248
IV.	Disciplina Normativa	249
1.	Disciplina Constitucional	249
2.	Disciplina Legal	250
V.	Destinatários	251
VI.	Fundamentos	253
1.	Moralidade Administrativa	253
2.	Igualdade de Oportunidades	253
VII.	Objeto	254
VIII.	Princípios	255
1.	Princípios Básicos	255
1.1.	Princípio da Legalidade	255
1.2.	Princípios da Moralidade e da Impessoalidade	255
1.3.	Princípio da Igualdade	256
1.4.	Princípio da Publicidade	256
1.5.	Princípio da Proibição Administrativa	257
1.6.	Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório	257
1.7.	Princípio do Julgamento Objetivo	258
2.	Princípios Correlatos	258
IX.	Dispensa de Licitação	263
1.	Introdução	263
2.	Critério de Valor	264
3.	Situações Excepcionais	265
4.	Gêneros Perecíveis e Obras de Arte	266
5.	Desinteresse na Contratação	267
6.	Entidades Sem Fins Lucrativos	268
7.	Disparidade de Propostas	270
8.	Intervenção no Domínio Econômico	271
9.	Complementação do Objeto	271
10.	Pessoas Administrativas	272
11.	Locação e Compra de Imóvel	273
12.	Negócios Internacionais	274

13.	Pesquisa e Desenvolvimento.....	274
14.	Energia Elétrica.....	275
15.	Transferência de Tecnologia.....	276
16.	Consórcios Públicos e Convênios de Cooperação.....	277
17.	Navios, Embarcações, Aeronaves e Tropas.....	278
18.	Peças no Período de Garantia Técnica.....	279
19.	Materiais de Uso Militar.....	280
20.	Catadores de Materiais Recicláveis.....	281
21.	Agricultura Familiar e Reforma Agrária.....	282
22.	Produtos Estratégicos para o SUS.....	282
23.	Programa de Cisternas e Acesso à Água.....	283
X.	Inexigibilidade de Licitação.....	283
1.	Fornecedor Exclusivo.....	284
2.	Atividades Artísticas.....	285
3.	Serviços Técnicos Especializados.....	286
XI.	Modalidades.....	287
1.	Concorrência.....	287
1.1.	Sentido.....	287
1.2.	Tipos.....	288
1.3.	Características.....	288
2.	Tomada de Preços.....	289
2.1.	Sentido.....	289
2.2.	Registros Cadastrais.....	289
2.3.	Características.....	290
3.	Convite.....	291
4.	Concurso.....	292
5.	Leilão.....	293
XII.	Procedimento.....	294
1.	Formalização.....	294
2.	Edital.....	295
3.	Habilitação.....	297
4.	Procedimento Seletivo.....	303
4.1.	Normas Gerais.....	303
4.2.	Julgamento da Habilitação.....	304
4.3.	Julgamento das Propostas.....	304
4.4.	Fatores e Critérios de Julgamento.....	305
4.5.	Tipos de Licitação.....	305
4.6.	Classificação.....	306
5.	Resultados e Efeitos.....	307
6.	Homologação e Adjudicação.....	309
7.	Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).....	311
XIII.	Anulação.....	313
XIV.	Revogação.....	315
XV.	Recursos Administrativos.....	316
XVI.	Infrações Administrativas, Crimes e Penas.....	318
XVII.	O Pregão: Nova Modalidade.....	321
1.	Introdução.....	321

2.	Âmbito de Incidência.....	321
3.	Complementaridade da Disciplina	322
4.	Facultatividade na Adoção	322
5.	Característica Básica e Modalidades.....	323
6.	Objeto da Contratação	324
7.	Fase Interna	326
8.	Fase Externa	326
9.	Convocação.....	327
10.	Sessão.....	328
11.	Julgamento das Propostas.....	329
12.	Análise da Habilitação	331
13.	Classificação Final e Recursos	331
14.	Adjudicação e Homologação	332
15.	Vedações	333
16.	Sanções.....	333
17.	Desfazimento	333
18.	Formalização e Controle.....	334
XVIII.	Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.....	334
XIX.	Serviços de Publicidade.....	337
Capítulo 7 Serviços Públicos.....		339
I.	Introdução.....	339
II.	Conceito	340
III.	Características.....	341
1.	Sujeito Estatal	341
2.	Interesse Coletivo	342
3.	Regime de Direito Público	342
IV.	Classificação.....	343
1.	Serviços Delegáveis e Indelegáveis.....	343
2.	Serviços Administrativos e de Utilidade Pública	344
3.	Serviços Coletivos e Singulares.....	344
4.	Serviços Sociais e Econômicos.....	345
V.	Titularidade.....	346
1.	Competência	346
2.	Regulamentação.....	349
3.	Controle	350
VI.	Princípios.....	350
1.	Princípio da Generalidade.....	351
2.	Princípio da Continuidade.....	351
3.	Princípio da Eficiência	355
4.	Princípio da Modicidade.....	356
VII.	Remuneração.....	357
VIII.	Usuários.....	361
1.	Direitos.....	361
2.	Deveres	364
IX.	Execução do Serviço	364

1.	Execução Direta.....	364
2.	Execução Indireta	365
2.1.	Noção.....	365
2.2.	Descentralização	365
2.2.1.	Delegação Legal.....	367
2.2.2.	Delegação Negocial: Particulares em Colaboração.....	367
3.	Novas Formas de Prestação dos Serviços Públicos	368
3.1.	Desestatização e Privatização	369
3.2.	Gestão Associada	373
3.3.	Regimes de Parceria (Terceiro Setor).....	374
3.3.1.	Regime de Convênios Administrativos.....	375
3.3.2.	Regime dos Contratos de Gestão (as Organizações Sociais).....	376
3.3.3.	Gestão por Colaboração (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs).....	380
3.3.4.	Regime Geral das Parcerias.....	384
3.3.5.	Programa de Parcerias de Investimentos – PPI.....	392
X.	Súmulas.....	393
Capítulo 8 Concessão e Permissão de Serviços Públicos		395
I.	Introdução.....	395
II.	Fontes Normativas	396
1.	Fonte Constitucional	396
2.	Fonte Infraconstitucional	397
III.	Concessão de Serviços Públicos (Concessão Comum)	398
1.	Modalidades.....	398
2.	Concessão de Serviço Público Simples.....	398
2.1.	Conceito.....	398
2.2.	Objeto	399
3.	Concessão de Serviço Público Precedida da Execução de Obra Pública.....	400
3.1.	Nomenclatura.....	400
3.2.	Conceito	401
3.3.	Objeto	401
4.	Natureza Jurídica	402
4.1.	O Caráter Contratual	402
4.2.	Concessão e Permissão.....	404
5.	A Relação Contratual.....	405
6.	A Supremacia do Concedente.....	405
7.	A Natureza do Concessionário e do Concedente.....	405
8.	Concessão a Empresas Estatais	406
9.	Exigência de Licitação.....	407
9.1.	O Caráter de Obrigatoriedade	407
9.2.	Modalidade Licitatória	408
9.3.	O Edital	409
9.4.	Critérios de Julgamento	409
9.5.	Fatores de Desclassificação.....	410
9.6.	Participação de Empresas Estatais	411
10.	Mutabilidade	411

11. Política Tarifária.....	413
12. Análise do Pacto de Concessão	418
12.1. Autorização Legal.....	418
12.2. Cláusulas Essenciais	419
12.3. A Responsabilidade do Concessionário.....	421
12.4. Transferência de Encargos.....	423
12.5. Alteração do Concessionário.....	423
12.6. Cessão de Créditos Operacionais	424
13. Encargos do Concedente	425
13.1. Fiscalização	425
13.2. Intervenção na Propriedade Privada.....	426
13.3. Outros Encargos Pertinentes.....	427
14. Encargos do Concessionário.....	427
14.1. O Serviço Adequado.....	428
14.2. Transparência na Execução	428
14.3. As Contratações do Concessionário	429
15. Direitos e Obrigações dos Usuários	429
16. Prazo da Concessão	432
17. Intervenção na Concessão.....	433
17.1. Sentido	433
17.2. Procedimento	433
18. Extinção	435
18.1. Termo Final do Prazo.....	435
18.2. Anulação	435
18.3. Rescisão.....	436
18.4. Caducidade.....	437
18.5. Encampação.....	439
18.6. Falência e Extinção da Concessionária.....	440
19. Reversão	440
20. Concessões Anteriores	442
21. Controle dos Serviços Concedidos.....	444
22. Concessão Florestal	445
IV. Permissão de Serviços Públicos.....	447
1. Conceito e Objeto	447
2. Natureza Jurídica	447
3. Diferença entre Concessão e Permissão	448
4. A Permissão Condicionada	450
5. Referências Constitucionais	451
6. Responsabilidade Civil	452
7. Aplicação de Regras Idênticas às das Concessões.....	452
8. Extinção	453
8.1. Termo Final do Prazo.....	453
8.2. Anulação.....	454
8.3. Encampação.....	454
8.4. Caducidade.....	455
8.5. Desfazimento por Iniciativa do Permissionário (Rescisão).....	455
9. Permissão lotérica	456
V. Concessão Especial de Serviços Públicos (Parcerias público-privadas).....	456

1.	Introdução	456
2.	Conceito e Natureza Jurídica	458
3.	Modalidades e Incidência Normativa.....	460
4.	Objeto.....	461
5.	Características e Diretrizes	463
6.	Cláusulas Essenciais, Não Essenciais e Vedações	464
7.	Contraprestação e Garantias.....	467
8.	Sociedade de Propósito Específico	471
9.	Licitações.....	472
9.1.	Introdução.....	472
9.2.	Modalidade e Condições	473
9.3.	Edital.....	474
9.4.	Procedimento	476
VI.	Autorização	477
VII.	Súmulas.....	482

Capítulo 9 Administração Direta e Indireta 483

I.	Noções Introdutórias	483
1.	Federação e Autonomia.....	483
2.	Poderes e Funções. A Função Administrativa	484
3.	Administração Pública.....	485
4.	Organização Administrativa: Centralização e Descentralização	485
5.	Princípios Regedores da Administração Pública	486
II.	Administração Direta	487
1.	Conceito	487
2.	Natureza da Função.....	487
3.	Abrangência	488
4.	Composição	488
5.	Contrato de Desempenho	489
5.1.	Introdução.....	489
5.2.	Lei Regulamentadora	490
5.3.	Contrato de Desempenho.....	490
5.4.	Natureza Jurídica.....	491
5.5.	Críticas à Fisionomia Contratual.....	491
5.6.	Finalidades	492
5.7.	Flexibilidades e Autonomias Especiais.....	492
5.8.	Cláusulas Obrigatórias	493
5.9.	Obrigações das Partes.....	493
5.10.	Suspensão e Rescisão	493
III.	Administração Indireta.....	494
1.	Conceito	494
2.	Natureza da Função.....	494
3.	Abrangência	495
4.	Composição	495
5.	Administração Fundacional	496
6.	Entidades Paraestatais.....	497
7.	Princípios da Administração Indireta	499

7.1.	Princípio da Reserva Legal.....	499
7.2.	Princípio da Especialidade.....	500
7.3.	Princípio do Controle.....	501
8.	Categorias Jurídicas.....	502
IV.	Autarquias.....	503
1.	Introdução.....	503
1.1.	Terminologia.....	503
1.2.	Autarquia e Autonomia.....	503
1.3.	Autarquias Institucionais e Territoriais.....	504
2.	Conceito.....	504
3.	Referências Normativas.....	505
4.	Personalidade Jurídica.....	505
5.	Criação, Organização e Extinção.....	506
6.	Objeto.....	507
7.	Classificação.....	508
7.1.	Quanto ao Nível Federativo.....	508
7.2.	Quanto ao Objeto.....	509
7.3.	Quanto ao Regime Jurídico (Autarquias de Regime Especial).....	512
8.	Agências Reguladoras.....	512
8.1.	Considerações Iniciais.....	512
8.2.	Criação das Agências.....	513
8.3.	Origens.....	514
8.4.	Disciplina Normativa.....	515
8.5.	Poder Regulatório.....	515
8.6.	Natureza Jurídica.....	516
8.7.	Características Especiais.....	516
8.8.	Poder Normativo Técnico.....	517
8.9.	Autonomia Decisória.....	518
8.10.	Autonomia Administrativa.....	519
8.11.	Autonomia Financeira.....	520
8.12.	Teoria da Captura.....	521
8.13.	Prestação de Contas e Controle Social.....	521
8.14.	Ouvidoria.....	522
8.15.	Articulação das Agências.....	522
8.16.	Regime Jurídico dos Servidores.....	523
9.	Agências Executivas.....	523
10.	Associações Públicas.....	525
11.	Aspectos Especiais das Autarquias.....	525
11.1.	Patrimônio.....	525
11.2.	Pessoal.....	526
11.3.	Controle judicial.....	527
11.4.	Foro dos litígios judiciais.....	528
11.5.	Atos e contratos.....	529
11.6.	Responsabilidade civil.....	530
11.7.	Prerrogativas autárquicas.....	530
V.	Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.....	532
1.	Introdução.....	532
2.	Referências Normativas.....	533

3.	Conceito	533
4.	Personalidade Jurídica.....	534
5.	Instituição e Extinção	535
6.	Subsidiárias	536
6.1.	Pessoas Subsidiárias	536
6.2.	Sociedades de Mera Participação do Estado.....	537
7.	Objeto.....	538
8.	Regime Jurídico.....	540
8.1.	Hibridismo.....	540
8.2.	Regime Constitucional.....	540
8.3.	Regime Legal.....	541
8.4.	Regime Estatutário	542
9.	Regime Tributário	543
10.	Função Social.....	545
11.	Diferença entre as Entidades	545
11.1.	Constituição do Capital	545
11.2.	Forma Jurídica	546
11.3.	Foro Processual	547
12.	Patrimônio	547
13.	Pessoal.....	549
14.	Falência e Execução	551
14.1.	Falência.....	551
14.2.	Execução.....	552
15.	Responsabilidade Civil	554
16.	Governança Corporativa.....	554
16.1.	Sentido	554
16.2.	Transparência.....	555
16.3.	Estrutura e Gestão de Riscos.....	556
17.	Controle	556
17.1.	Controle Externo	556
17.2.	Controle Interno	557
17.3.	Arbitragem.....	558
18.	Participantes do Sistema	558
18.1.	Acionista Controlador	558
18.2.	Administradores	559
18.3.	Conselho de Administração.....	559
18.4.	Membro Independente	560
18.5.	Diretoria	561
18.6.	Comitê de Auditoria Estatutário	561
18.7.	Conselho Fiscal.....	561
19.	Atos Jurídicos	563
20.	Licitações.....	563
20.1.	Microssistema e Aplicabilidade.....	563
20.2.	Dispensa e Inexigibilidade de Licitação	564
20.2.1.	Exigibilidade de Licitação.....	564
20.2.2.	Dispensas Específicas.....	564
20.2.3.	Dispensas Genéricas	565
20.2.4.	Inexigibilidade	565

20.2.5. Requisitos Comuns	566
20.3. Disposições Gerais	566
20.3.1. Regulamentos Internos.....	566
20.3.2. Princípios e Diretrizes.....	566
20.3.3. Aspectos Especiais	567
20.4. Obras e Serviços.....	567
20.5. Aquisição de Bens	568
20.6. Alienação de Bens.....	569
20.7. Procedimento Licitatório	569
20.8. Procedimentos Auxiliares	570
21. Contratos.....	571
21.1. Natureza dos Contratos.....	571
21.2. Formalização	571
21.3. Alteração dos Contratos	572
21.4. Sanções Administrativas	572
VI. Fundações Públicas	573
1. Introdução.....	573
2. A Polêmica sobre a Natureza Jurídica das Fundações.....	574
2.1. Conceito no Decreto-lei nº 200/1967	578
2.2. O Tratamento da Matéria	579
3. Característica fundamental	579
4. Objeto.....	580
5. Criação e Extinção	581
6. Regime Jurídico.....	582
6.1. Prerrogativas	582
6.2. Privilégios Tributários	583
7. Patrimônio.....	583
8. Pessoal.....	583
9. Controle	584
9.1. Controle Institucional.....	584
9.2. Controle do Ministério Público.....	585
9.3. Controle Judicial	586
10. Foro dos Litígios	586
11. Atos e Contratos.....	587
12. Responsabilidade Civil	587
VII. Outras Pessoas Jurídicas Vinculadas ao Estado.....	588
1. Introdução	588
2. Pessoas de Cooperação Governamental (Serviços Sociais Autônomos).....	588
2.1. Sentido	588
2.2. Natureza Jurídica.....	589
2.3. Criação	589
2.4. Objeto	589
2.5. Recursos Financeiros.....	591
2.6. Ausência de Fins Lucrativos	592
2.7. Controle.....	592
2.8. Outros Aspectos do Regime Jurídico.....	593
2.9. Privilégios Tributários	596
3. Organizações Colaboradoras (ou Parceiras).....	598

VIII. Súmulas	598
Capítulo 10 Responsabilidade Civil do Estado	601
I. Introdução	601
1. Responsabilidade. Noção Jurídica	601
1.1. Tipos de Responsabilidade	601
2. Responsabilidade Civil	602
3. O Dano e a Indenização	603
4. Os Sujeitos do Cenário	603
II. Evolução	604
1. A Irresponsabilidade do Estado	604
2. Teoria da Responsabilidade com Culpa	604
3. Teoria da Culpa Administrativa	605
4. Teoria da Responsabilidade Objetiva	605
5. Fundamento da Responsabilidade Objetiva: A Teoria do Risco Administrativo ...	606
III. Direito Brasileiro	607
1. Código Civil	607
2. Constituição Federal	608
3. Análise dos Elementos Constitucionais	609
3.1. Pessoas Responsáveis	609
3.2. Agentes do Estado	612
3.3. A Duplicidade de Relações Jurídicas	613
IV. Aplicação da Responsabilidade Objetiva	613
1. Pressupostos	613
2. Ônus da Prova: Inversão	615
3. Participação do Lesado	616
4. Fatos Imprevisíveis	617
5. Atos de Multidões	619
6. Danos de Obra Pública	620
7. Condutas Omissivas	620
8. Responsabilidade Primária e Subsidiária	623
V. Atos Legislativos	624
1. Regra Geral	624
2. Leis Inconstitucionais	626
3. Leis de Efeitos Concretos	627
4. Omissão Legislativa	627
VI. Atos Judiciais	628
1. Atos Administrativos e Jurisdicionais	628
2. Condutas Dolosas	629
3. Condutas Culposas	630
VII. Reparação do Dano	631
1. A Indenização	631
2. Meios de Reparação do Dano	632
3. Prescrição	632
4. Sujeito Passivo da Lide	634
5. Denúnciação à Lide	635

VIII. O Direito de Regresso.....	637
1. Sentido.....	637
2. Meios de Solução.....	637
3. Causa de Pedir.....	638
4. Interesse de Agir.....	638
5. Prescrição.....	639
IX. Súmulas.....	640
Capítulo 11 Servidores Públicos	641
I. Agentes Públicos.....	641
1. Sentido.....	641
2. Classificação.....	642
2.1. Agentes Políticos.....	642
2.2. Agentes Particulares Colaboradores.....	643
2.3. Servidores Públicos.....	644
3. Agentes de Fato.....	645
II. Servidores Públicos.....	646
1. Sentido.....	646
2. Características.....	647
3. Classificação.....	648
3.1. Servidores Públicos Cíveis e Militares.....	648
3.2. Servidores Públicos Comuns e Especiais.....	648
3.3. Servidores Públicos Estatutários, Trabalhistas e Temporários.....	649
III. Regimes Jurídicos Funcionais.....	650
1. Regime Estatutário.....	651
2. Regime Trabalhista.....	653
2.1. Regime de Emprego Público.....	654
3. Regime Especial.....	656
4. Regime Jurídico Único.....	660
5. Terceirização.....	662
IV. Organização Funcional.....	666
1. Quadro Funcional.....	666
2. Cargos, Empregos e Funções Públicas.....	667
3. Classificação dos Cargos.....	668
4. Criação, Transformação e Extinção de Cargos.....	671
5. Provimento.....	675
5.1. Tipos de Provimento.....	675
5.2. Formas de Provimento.....	676
6. Investidura: Nomeação, Posse e Exercício.....	677
7. Reingresso.....	678
8. Vacância.....	680
9. Direito Adquirido dos Servidores.....	681
10. Cessão de Servidores.....	683
V. Regime Constitucional.....	684
1. Concurso Público.....	685
1.1. Sentido.....	685
1.2. Fundamento.....	687

1.3.	Alcance da Exigência	687
1.4.	Inexigibilidade	690
1.5.	Concurso Interno.....	692
1.6.	Inscrição e Aprovação	693
1.7.	Validade.....	699
1.8.	Precedência na Convocação.....	700
1.9.	Sanção	701
1.10.	Resultado do Concurso.....	701
1.11.	Invalidação do Concurso.....	704
1.12.	Sistema de Cotas: Reserva Étnica	707
2.	Acessibilidade	708
2.1.	Sentido	708
2.2.	Incidência	709
2.3.	Requisitos de Acesso	710
2.3.1.	Pessoas Portadoras de Deficiência	713
2.3.2.	Requisitos de Inscrição e do Cargo	715
2.4.	Sexo e Idade	718
2.5.	Exame Psicotécnico.....	721
2.6.	Acesso Profissional ao Idoso.....	723
2.7.	Direito à amamentação	724
3.	Acumulação de Cargos e Funções.....	724
3.1.	Regra Geral.....	724
3.2.	Situações de Permissividade	726
3.3.	Efeitos.....	730
3.4.	Ingresso em Nova Carreira	731
3.5.	Convalidação Constitucional.....	733
4.	Estabilidade.....	733
4.1.	Noção do Instituto.....	733
4.2.	Estabilização Constitucional	735
4.3.	Estágio Probatório	737
4.4.	Estabilidade e Efetividade.....	739
4.5.	Demissão e Exoneração.....	740
4.6.	Exoneração Conversível em Demissão.....	743
4.7.	Servidores Trabalhistas	744
4.8.	Vitaliciedade	747
5.	Regime Previdenciário.....	748
5.1.	Previdência do Servidor Público	748
5.1.1.	Sentido	748
5.1.2.	Regimes de Previdência	749
5.1.3.	Abrangência do regime próprio.....	749
5.1.4.	Regulamentação do regime próprio.....	750
5.1.5.	Unicidade de regimes e de gestão	751
5.1.6.	Regime de outros agentes.....	751
5.1.7.	Ocupantes exclusivos de cargos em comissão	752
5.2.	Contributividade.....	753
5.2.1.	Introdução	753
5.2.2.	Contributividade.....	753
5.2.3.	Contribuições.....	754

5.2.4.	Alíquotas de contribuição.....	754
5.2.5.	Aposentados e pensionistas	755
5.2.6.	Solidariedade no regime previdenciário	755
5.2.7.	Base de contribuição.....	756
5.3.	Fundos previdenciários públicos.....	758
5.3.1.	Sentido	758
5.3.2.	Instituição e extinção	758
5.3.3.	Requisitos.....	759
5.3.4.	Descumprimento e responsabilidade.....	759
5.4.	Previdência complementar	760
5.4.1.	Aspectos iniciais	760
5.4.2.	Previdência complementar dos servidores	760
5.4.3.	Instituição	761
5.4.4.	Entidades de previdência complementar	761
5.4.5.	Plano de benefícios.....	762
5.4.6.	Ingresso no sistema e opção.....	763
5.5.	Aposentadoria.....	763
5.5.1.	Conceito	763
5.5.2.	Natureza jurídica	763
5.5.3.	Prazos extintivos	764
5.5.4.	Aposentadoria punitiva	766
5.5.5.	Regime jurídico.....	766
5.5.6.	Modalidades de aposentadoria.....	767
5.5.7.	Aposentadoria voluntária	767
5.5.8.	Aposentadoria por incapacidade permanente.....	768
5.5.9.	Aposentadoria compulsória.....	769
5.5.10.	Requisitos e critérios diferenciados.....	770
5.5.11.	Aposentadorias especiais.....	770
5.5.12.	Proventos	772
5.5.13.	Cumulação de proventos	773
5.5.14.	Revisão de proventos.....	775
5.5.15.	Contagem de tempo.....	776
5.5.16.	Direito adquirido.....	778
5.5.17.	Situações transitórias	779
5.5.18.	Desaposentação (renúncia à aposentadoria)	782
5.5.19.	Cassação de aposentadoria.....	784
5.5.20.	Aposentadoria pelo regime geral de previdência	785
5.6.	Pensões	786
5.6.1.	Sentido e natureza jurídica.....	786
5.6.2.	Disciplina jurídica.....	787
5.6.3.	Contributividade e solidariedade	787
5.6.4.	Base e valor da contribuição	787
5.6.5.	Cálculo da pensão	788
5.6.6.	Incidência normativa.....	788
5.6.7.	Acumulação de pensões.....	789
5.6.8.	Revisão da pensão.....	789
5.6.9.	Prescrição.....	790
5.7.	PEC Paralela	790

6.	Disponibilidade	793
6.1.	Sentido	793
6.2.	Pressupostos	794
6.3.	Incidência	794
6.4.	Efeitos.....	795
6.5.	A Questão dos Proventos.....	796
7.	Mandato Eletivo	798
8.	Sistema Constitucional de Remuneração.....	800
8.1.	Remuneração.....	800
8.1.1.	Remuneração Básica	800
8.1.2.	Vantagens Pecuniárias	803
8.2.	Revisão Remuneratória.....	808
8.3.	Irredutibilidade	811
8.4.	Isonomia	814
8.5.	Vinculação e Teto.....	815
8.6.	Pagamento com Atraso	821
8.7.	Pagamento a Maior	822
9.	Associação Sindical e Direito de Greve.....	823
9.1.	Associação Sindical.....	823
9.2.	Greve	825
10.	Direitos Sociais dos Servidores	830
VI.	Responsabilidade dos Servidores Públicos	833
1.	Responsabilidade Civil	834
2.	Responsabilidade Penal.....	835
3.	Responsabilidade Administrativa	835
4.	Efeitos da Decisão Penal nas Esferas Civil e Administrativa	837
4.1.	Repercussão na Esfera Civil	837
4.2.	Repercussão na Esfera Administrativa.....	838
4.3.	Crimes Funcionais	838
4.3.1.	Condenação.....	838
4.3.2.	Absolvição	839
4.4.	Crimes Não Funcionais.....	840
4.4.1.	Condenação.....	840
4.4.2.	Absolvição	841
4.4.3.	Absolvição na Esfera Administrativa.....	841
VII.	Súmulas	841

Capítulo 12 Intervenção do Estado na Propriedade 845

I.	Introdução.....	845
1.	Breve Histórico.....	845
2.	Propriedade	846
II.	Intervenção do Estado	847
1.	Sentido.....	847
2.	Quadro Normativo Constitucional	847
III.	Competência	848
IV.	Fundamentos	849
1.	Supremacia do Interesse Público	849

2.	Função Social da Propriedade.....	850
V.	Modalidades.....	852
VI.	Servidão Administrativa.....	852
1.	Sentido e Natureza Jurídica.....	852
2.	Fundamentos.....	853
3.	Objeto.....	854
4.	Formas de Instituição.....	855
5.	Extinção.....	857
6.	Indenização.....	857
7.	Características.....	859
VII.	Requisição.....	859
1.	Sentido.....	859
2.	Fundamentos.....	860
3.	Objeto e Indenização.....	861
4.	Instituição e Extinção.....	861
5.	Características.....	862
VIII.	Ocupação Temporária.....	863
1.	Sentido e Objeto.....	863
2.	Fundamentos.....	864
3.	Modalidades e Indenização.....	864
4.	Instituição e Extinção.....	865
5.	Características.....	866
IX.	Limitações Administrativas.....	866
1.	Sentido.....	866
2.	Natureza Jurídica.....	868
3.	Fundamentos.....	869
4.	Indenização.....	869
5.	Características.....	870
X.	Tombamento.....	870
1.	Sentido.....	870
2.	Fonte Normativa.....	871
3.	Fundamento.....	872
4.	Objeto.....	873
5.	Natureza Jurídica.....	874
6.	Espécies.....	875
7.	Instituição.....	876
7.1.	Desfazimento.....	879
8.	Processo Administrativo.....	879
9.	Efeitos.....	880
10.	Controle.....	882
11.	Outros Instrumentos Protetivos.....	884
XI.	Súmulas.....	885
Capítulo 13 Desapropriação.....		887
I.	Introdução.....	887
II.	Conceito.....	888

III.	Natureza Jurídica	889
IV.	Pressupostos.....	889
V.	Fontes Normativas e Espécies.....	890
VI.	Objeto	892
	1. Regra Geral.....	892
	2. Bens Públicos.....	894
	3. Bens de Entidades da Administração Indireta.....	895
	4. Margens dos Rios Navegáveis.....	896
VII.	Forma de Aquisição.....	897
VIII.	Competências.....	898
	1. Competência Legislativa	898
	2. Competência Declaratória.....	899
	3. Competência Executória	900
IX.	Destinação dos Bens Desapropriados	902
	1. Regra Geral.....	902
	2. Casos Especiais	902
	2.1. Desapropriação por Zona.....	903
	2.2. Desapropriação Urbanística	903
	2.3. Desapropriação por Interesse Social.....	904
	2.4. Desapropriação-Confisco	904
X.	Fase Declaratória.....	904
	1. Declaração Expropriatória	905
	2. Conteúdo	905
	3. Formalização	906
	4. Natureza Jurídica	907
	4.1. Controle Judicial	908
	5. Efeitos	908
	6. Caducidade	909
XI.	Fase Executória	911
	1. Via Administrativa	911
	1.1. Alienação por acordo	911
	1.2. Notificação e acordo.....	912
	2. Via Judicial	913
XII.	Ação de Desapropriação	914
	1. Partes.....	914
	2. A Pretensão	915
	3. A Contestação.....	915
	4. Imissão Provisória na Posse	917
	4.1. Permissão Legal	917
	4.2. Pressupostos	918
	4.3. Urgência.....	918
	4.4. Depósito Prévio.....	918
	4.5. Levantamento Parcial do Depósito	919
	5. Prova Pericial.....	920
	6. Intervenção do Ministério Público	921
	7. Sentença.....	922
	8. Transferência da Propriedade.....	923

XIII. Indenização	924
1. Regra Geral.....	924
2. Situações Especiais	927
3. Enfitese, Jazidas e Direito de Superfície	927
4. Juros Moratórios e Compensatórios.....	930
4.1. Juros Moratórios	930
4.2. Juros Compensatórios.....	933
4.3. Cumulatividade.....	934
5. Atualização Monetária.....	935
6. Honorários.....	936
7. Direitos de Terceiros	938
XIV. Desistência da Desapropriação	939
XV. Desapropriação Indireta	940
1. Sentido.....	940
2. Fundamento	942
3. Proteção Possessória.....	943
4. Ação do Expropriado	943
4.1. Caracterização	943
4.2. Natureza e Legitimidade para a Ação	944
4.3. Foro da Ação.....	945
4.4. Prescrição da Ação (Pretensão)	946
4.5. Acréscimos Indenizatórios	948
4.6. Despesas Processuais	951
5. Aposseamento Administrativo.....	952
XVI. Direito de Extensão	953
1. Sentido.....	953
2. Fundamento	953
3. Outros Aspectos.....	955
3.1. Admissibilidade	955
3.2. Oportunidade do Exercício do Direito	955
XVII. Retrocessão	956
1. Noção Jurídica.....	956
2. Natureza do Direito.....	957
3. Aspectos Especiais	959
3.1. Tredestinação.....	959
3.2. Demora na Utilização do Bem	961
3.3. Prescrição.....	961
3.4. Alienação por Acordo.....	962
XVIII. Desapropriação Rural	962
1. Introdução	962
2. Aspectos Especiais	963
2.1. Competência.....	963
2.2. Função Social Rural.....	963
2.3. Indenização	964
2.4. Inaplicabilidade da Desapropriação.....	964
3. Procedimento Expropriatório.....	965
3.1. Procedimento Administrativo.....	966

3.2. Procedimento Judicial.....	968
XIX. Desapropriação Confiscatória	970
XX. Desapropriação Urbanística Sancionatória	973
XXI. Súmulas	976

Capítulo 14 Atuação do Estado no Domínio Econômico..... 979

I. Introdução.....	979
1. O Liberalismo Econômico	979
2. Modelo Interventivo.....	980
3. Constitucionalização Normativa	981
4. Quadro Normativo.....	981
II. Ordem Econômica	982
1. Fundamentos	982
1.1. Valorização do Trabalho Humano	982
1.2. Liberdade de Iniciativa.....	983
2. Princípios.....	984
3. Declaração de Direitos da Liberdade Econômica.....	985
III. Formas de Atuação do Estado	987
IV. Estado Regulador	987
1. Sentido.....	987
2. Natureza da Atuação.....	988
3. Competências	989
4. Repressão ao Abuso do Poder Econômico	990
4.1. Sentido	990
4.2. Formas de Abuso.....	991
4.3. Trustes, Cartéis e <i>Dumping</i>	992
4.4. Normas e Meios Repressivos.....	992
5. Controle do Abastecimento.....	995
6. Tabelaamento de Preços.....	996
7. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.....	997
V. Estado Executor.....	1000
1. Formas.....	1001
2. Exploração Direta	1001
2.1. Regra Geral.....	1001
2.2. Pressupostos	1003
3. Exploração Indireta	1003
3.1. Sentido	1003
3.2. As Empresas do Estado.....	1004
VI. Monopólio Estatal	1006
1. Sentido.....	1006
2. Natureza Jurídica	1006
3. Monopólio e Privilégio	1007
4. Atividades Monopolizadas	1007
VII. Súmulas	1009

Capítulo 15	Controle da Administração Pública	1011
I.	Introdução.....	1011
1.	Controle Político e Controle Administrativo.....	1011
2.	Fundamentos	1012
II.	Controle.....	1013
1.	Sentido.....	1013
2.	Objetivo.....	1014
3.	Natureza Jurídica	1015
4.	Classificação.....	1015
4.1.	Quanto à Natureza do Controlador	1015
4.2.	Quanto à Extensão do Controle	1016
4.3.	Quanto à Natureza do Controle	1016
4.4.	Quanto ao Âmbito da Administração.....	1018
4.5.	Quanto à Oportunidade.....	1019
4.6.	Quanto à Iniciativa.....	1019
III.	Controle Administrativo	1020
1.	Sentido.....	1020
2.	Objetivos	1020
3.	Meios de Controle	1021
3.1.	Controle Ministerial	1021
3.2.	Hierarquia Orgânica	1021
3.3.	Direito de Petição	1022
3.4.	Revisão Recursal	1022
3.5.	Controle Social	1023
3.6.	Outros Instrumentos Legais.....	1024
4.	Recursos Administrativos	1025
4.1.	Sentido	1025
4.2.	Fundamentos e Objeto	1026
4.3.	Natureza Jurídica.....	1027
4.4.	Formalização	1027
4.5.	Classificação	1028
4.6.	Espécies	1030
4.7.	Efeitos.....	1032
4.8.	Exigência de Garantia.....	1034
4.9.	<i>Reformatio in Pejus</i>	1035
4.10.	Exaustão da Via Administrativa	1037
5.	Coisa Julgada Administrativa	1039
6.	Prazos Extintivos (Prescrição Administrativa)	1040
7.	Processo Administrativo	1043
7.1.	Introdução.....	1043
7.2.	Sentido	1046
7.3.	Classificação	1047
7.4.	Objeto	1048
7.5.	Princípios	1050
7.6.	Processo Administrativo na Administração Federal	1055
7.7.	Processo Administrativo Disciplinar	1060
8.	Arbitragem.....	1074

9.	Mediação.....	1076
10.	Responsabilidade Administrativa e Civil de Pessoas Jurídicas (Lei Anticorrupção).....	1077
IV.	Controle Legislativo.....	1081
1.	Sentido.....	1081
2.	Espécies de Controle.....	1082
2.1.	Controle Político.....	1082
2.2.	Controle Financeiro.....	1083
3.	Tribunal de Contas.....	1087
V.	Controle Judicial.....	1092
1.	Sentido.....	1092
2.	Sistemas de Controle.....	1096
2.1.	Sistema do Contencioso Administrativo.....	1096
2.2.	Sistema da Unidade de Jurisdição.....	1097
3.	Natureza.....	1098
4.	Oportunidade.....	1098
5.	Atos sob Controle Especial.....	1099
5.1.	Atos Políticos.....	1099
5.2.	Atos Legislativos Típicos.....	1100
5.3.	Atos <i>Interna Corporis</i>	1101
6.	Instrumentos de Controle.....	1103
6.1.	Meios Inespecíficos.....	1103
6.2.	Meios Específicos.....	1103
7.	Prescrição de Ações contra a Fazenda Pública.....	1103
7.1.	Sentido.....	1103
7.2.	Fonte Normativa.....	1104
7.3.	Direitos Pessoais e Reais.....	1105
7.4.	Interrupção e Suspensão.....	1107
7.5.	Prescrição da Ação e Prescrição das Prestações.....	1108
7.6.	Prescrição Intercorrente.....	1109
7.7.	Apreciação no Processo.....	1110
8.	Mandado de Segurança.....	1111
8.1.	Conceito.....	1111
8.2.	Espécies e Fontes Normativas.....	1111
8.3.	A Tutela.....	1112
8.4.	Impetrante.....	1113
8.5.	Impetrado.....	1114
8.6.	Formas de Tutela.....	1115
8.7.	Descabimento.....	1116
8.8.	Medida Liminar.....	1118
8.9.	Competência.....	1119
8.10.	Prazo.....	1121
8.11.	Sentença e Coisa Julgada.....	1122
8.12.	Mandado de Segurança Coletivo.....	1123
8.13.	Aspectos Especiais.....	1126
9.	<i>Habeas Corpus</i>	1128
9.1.	Conceito e Fontes Normativas.....	1128
9.2.	Pressupostos Constitucionais.....	1129

9.3.	Espécies.....	1129
9.4.	Constrangimento Ilegal.....	1130
9.5.	Competência.....	1130
10.	Ação Popular.....	1131
10.1.	Conceito e Fontes Normativas.....	1131
10.2.	Bens Tutelados.....	1131
10.3.	Competência.....	1132
10.4.	Legitimação Ativa e Passiva.....	1132
10.5.	Objeto da Ação.....	1133
10.6.	Liminar.....	1134
10.7.	Sentença e Coisa Julgada.....	1135
11.	Mandado de Injunção.....	1136
11.1.	Conceito, Fonte Normativa e Modalidades.....	1136
11.2.	Pressupostos.....	1137
11.3.	Bens Tutelados.....	1138
11.4.	Competência.....	1138
11.5.	Legitimação Ativa e Passiva.....	1139
11.6.	Liminar.....	1140
11.7.	Procedimento.....	1140
11.8.	Decisão.....	1140
11.9.	Mandado de Injunção Coletivo.....	1142
12.	<i>Habeas Data</i>	1143
12.1.	Conceito e Fonte Normativa.....	1143
12.2.	Bem Tutelado.....	1143
12.3.	Partes.....	1144
12.4.	Competência.....	1144
12.5.	Interesse de Agir.....	1145
12.6.	Pedido.....	1146
12.7.	Procedimento.....	1146
12.8.	Decisão e Recursos.....	1147
13.	Ação Civil Pública.....	1148
13.1.	Conceito e Fontes Normativas.....	1148
13.2.	Bens Tutelados.....	1149
13.3.	Espécies de Tutela.....	1151
13.4.	Partes.....	1151
13.5.	Sentença e Coisa Julgada.....	1153
14.	Ação de Improbidade Administrativa.....	1154
14.1.	Conceito e Fontes Normativas.....	1154
14.2.	A Questão da Competência.....	1156
14.3.	Sujeito Passivo.....	1157
14.4.	Sujeito Ativo.....	1159
14.5.	Tipologia de Improbidade.....	1165
14.6.	Sanções.....	1173
14.7.	Procedimentos Administrativo e Judicial.....	1184
14.8.	Prescrição.....	1192
VI.	O Poder Público em Juízo.....	1195
1.	Capacidade Processual.....	1195
2.	Pessoas Federais.....	1196

3.	Pessoas Estaduais e Pessoa Distrital.....	1198
4.	Pessoas Municipais	1200
5.	Representação Judicial.....	1200
6.	Particularidades Processuais.....	1202
7.	Despesas Judiciais.....	1208
8.	Pagamento dos Créditos de Terceiros.....	1210
VII.	Controle Estatal na LINDB – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	1218
1.	Considerações iniciais.....	1218
2.	Valores abstratos e motivação (art. 20).....	1218
3.	Consequências e regularização de condutas (art. 21).....	1219
4.	Gestão complexa e políticas públicas (art. 22)	1220
5.	Nova interpretação ou orientação (art. 23).....	1221
6.	Revisão de validade (art. 24)	1221
7.	Celebração de compromisso (art. 26)	1222
8.	Compensação e compromisso processual (art. 27).....	1223
9.	Responsabilidade pessoal do agente (art. 28).....	1224
10.	Atos normativos e consulta pública (art. 29).....	1225
11.	Segurança jurídica (art. 30)	1225
VIII.	Súmulas	1226
 Capítulo 16 Bens Públicos		 1233
I.	Introdução.....	1233
1.	Domínio Público	1233
2.	Domínio Eminente.....	1234
II.	Conceito	1234
III.	Bens das Pessoas Administrativas Privadas	1236
IV.	Classificação.....	1239
1.	Quanto à Titularidade	1239
1.1.	Bens Federais	1239
1.2.	Bens Estaduais e Distritais	1240
1.3.	Bens Municipais	1240
2.	Quanto à Destinação.....	1241
2.1.	Bens de Uso Comum do Povo.....	1241
2.2.	Bens de Uso Especial.....	1241
2.3.	Bens Dominicais	1243
3.	Quanto à Disponibilidade	1244
3.1.	Bens Indisponíveis	1244
3.2.	Bens Patrimoniais Indisponíveis	1244
3.3.	Bens Patrimoniais Disponíveis.....	1245
V.	Afetação e Desafetação	1245
VI.	Regime Jurídico.....	1247
1.	Alienabilidade Condicionada	1247
2.	Impenhorabilidade	1249
3.	Imprescritibilidade	1250
4.	Não Onerabilidade.....	1251
VII.	Aquisição	1252

1.	Introdução	1252
2.	Classificação	1253
3.	Formas de Aquisição	1253
3.1.	Contratos	1253
3.2.	Usucapião	1254
3.3.	Desapropriação	1255
3.4.	Acessão	1255
3.5.	Aquisição <i>Causa Mortis</i>	1256
3.6.	Arrematação	1257
3.7.	Adjudicação	1257
3.8.	Resgate na Enfitese	1258
3.9.	Aquisição <i>Ex Vi Legis</i>	1258
VIII.	Gestão dos Bens Públicos	1260
1.	Sentido	1260
2.	Uso dos Bens Públicos	1261
3.	Formas de Uso	1262
3.1.	Uso Comum	1262
3.2.	Uso Especial	1263
3.3.	Uso Compartilhado	1264
3.4.	Cemitérios Públicos	1267
4.	Uso Privativo	1269
4.1.	Autorização de Uso	1271
4.2.	Permissão de Uso	1273
4.3.	Concessão de Uso	1275
4.4.	Concessão de Direito Real de Uso	1277
4.5.	Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia	1280
4.6.	Cessão de Uso	1284
4.7.	Formas de Direito Privado	1286
IX.	Alienação	1291
1.	Considerações Gerais	1291
2.	Competência Normativa e Reguladora	1292
3.	Instrumentos Comuns	1294
3.1.	Venda	1294
3.2.	Doação	1296
3.3.	Permuta	1297
3.4.	Dação em pagamento	1298
4.	Instrumentos Específicos	1299
4.1.	Concessão de Domínio	1299
4.2.	Investidura	1300
4.3.	Incorporação	1301
4.4.	Retrocessão	1301
4.5.	Legitimação de Posse	1301
4.6.	Legitimação fundiária	1302
X.	Espécies de Bens Públicos	1303
1.	Terras Devolutas	1303
2.	Terrenos de Marinha	1306
3.	Terrenos Acrescidos	1309
4.	Terrenos Reservados	1309

5.	Terras Ocupadas pelos Índios.....	1310
6.	Plataforma Continental.....	1311
7.	Ilhas.....	1311
8.	Faixa de Fronteiras.....	1314
9.	Subsolo e Riquezas Minerais.....	1316
XI.	Águas Públicas.....	1317
XII.	Súmulas.....	1320
Índice Remissivo.....		1323
Referências Bibliográficas.....		1343